MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

EXMO. SR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ITAPERUNA

Inquérito Civil nº 066/18

Processo MP/RJ 2017.00280046

Investigados: Alailton Pontes de Souza, Adilson Pontes de Souza, Márvio da Silva Oliveira, Luiza Laura Vargas Hoffman, Igor Pontes de Souza Silva, Eduardo Real Lino Silva

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através de seu representante, no uso de suas atribuições legais, vem por meio desta, ajuizar

ACÇÃO CIVIL PÚBLICA

em face de:

1. ALAILTON PONTES DE SOUZA, Secretário Municipal de Transportes de Itaperuna, brasileiro, portador do RG nº 42718098, inscrito no CPF/MF sob o nº 502.255.107-15, Secretário Municipal de Transportes, residente e domiciliado na Rua Paes Azevedo, nº 43, bairro Niterói, Itaperuna, RJ;
2. ADILSON PONTES DE SOUZA, brasileiro, portador do RG nº 56754443, inscrito no CPF/MF sob o nº 718.124.407-82, membro da diretoria executiva da AMONI, residente e domiciliado na Rua Odorico, nº 31, bairro Niterói, Itaperuna, RJ;

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

3. MARVIO DA SILVA OLIVEIRA, brasileiro, portador do RG nº 129499265, inscrito no CPF/MF sob o nº 100.118.187-51, do ex-presidente da AMONI, residente e domiciliado na Rua Carolina Campos, nº 116, Itaperuna, RJ;
4. IGOR PONTES DE SOUZA SILVA, brasileiro, portador do RG nº 287482889, inscrito no CPF/MF sob o nº 159.090.217-37, atual presidente da AMONI e membro do Conselho de Alimentação Escolar de Itaperuna (CAE) residente e domiciliado na Rua Alcino T. Barreto, 52, bairro São Francisco, Itaperuna, RJ;
5. EDUARDO REAL LINO SILVA, servidor público municipal, brasileiro, portador do RG nº 211267547, inscrito no CPF/MF sob o nº 107.557.017-47, ex-presidente do CMDCA de Itaperuna, residente e domiciliado na Rua Moacyr de Paula, nº 57, bairro Presidente Kennedy, Itaperuna, RJ;
6. LUIZA LAURA VARGAS HOFFMAN, brasileira, portadora do RG nº 930026943, inscrita no CPF/MF sob o nº 570.299.977-00 ex-presidente do CMDCA de Itaperuna, residente e domiciliada na Rua Coronel José Bastos, nº 680, bairro Sá Tinoco, Itaperuna, RJ.

ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

1. DA LEGITIMIDADE PASSIVA

A presente inquisição revelou graves irregularidades na gestão da Creche Leão Aderbal Carneiro Terra pela Associação de Moradores do Bairro Niterói (AMONI) nos anos de 2013 a 2016, além de fraudes na celebração e execução de

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

convênios com o Conselho Municipal de Direitos das Crianças e Adolescentes de Itaperuna e Município de Itaperuna.

No período mencionado, os Presidentes da AMONI foram IGOR PONTES DE SOUZA SILVA (setembro de 2015 a setembro de 2017) e MARVIO DA SILVA OLIVEIRA (2013 a setembro de 2015) e do CMDCA foram EDUARDO REAL LINO SILVA (2012 a março de 2014) e LUIZA LAURA VARGAS HOFFMAN (abril de 2014 a abril de 2016).

O réu ALAILTON ex-vereador e atual Secretário Municipal de Transportes de Itaperuna, foi e continua sendo responsável por indicar gestores e gerir de fato a AMONI, utilizando verba pública municipal em benefício próprio e de aliados, conforme se demonstrará.

ADILSON, irmão de ALAILTON, foi gestor da creche entre 2011 e 2013, além de ter ocupado cargo de tesoureiro da AMONI na gestão ímproba do réu MÁRVIO.

Apesar de dirigirem entidade privada sem fins lucrativos a AMONI, os réus IGOR, MARVIO, ADILSON e ALAILTON foram beneficiados com a prática de ato ímprobos, no caso emprego ilegal e desvio de verba pública.

A legitimidade para integrar o pólo passivo da ação civil pública é estabelecida nos Arts. 1º a 3º da Lei 8429/92, que dispõem o seguinte:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

“Art. 1º. Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta, fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Territórios...”

Art. 2º - Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego, ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.”

Art. 3º - As disposições desta Lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.”

2. DA CAUSA DE PEDIR

2.1 Das investigações. Do desvio de finalidade na gestão da AMONI

A investigação foi inicialmente presidida pela 4ª Promotoria de Justiça de Itaperuna e possuía como objeto *“Apurar notícia de irregularidades na creche Leão Aderbal Carneiro Terra, verificando, ainda, o atendimento integral em relação ao número de vagas oferecidas e efetivamente preenchidas na instituição.”* (fl. 02 do IC 066/18).

Apesar da obrigação constitucional de atuação prioritária na educação infantil prevista no Art. 211, §2º CRFB, o Município de Itaperuna *“não disponibiliza creches em quantidades adequadas ao atendimento das crianças que necessitam do serviço, já que grande parte das creches são particulares”* (portaria de instauração do IC 11/17 da 4ª PJ de Itaperuna).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

O descumprimento, pelo Município de Itaperuna, da obrigação constitucional, abre espaço para criação e funcionamento de creches “particulares”, sendo que uma delas, mencionadas em março de 2017 na instauração do inquérito civil da 4ª PJ, é justamente a creche Leão Adherbal Carneiro Terra, mantida pela Associação de Moradores do Bairro Niterói, a AMONI.

Eventuais deficiências dos serviços prestados pela creche particular Leão Aderbal Carneiro Terra sequer poderiam ser investigadas por essa Promotoria de Tutela Coletiva se não fosse a verba pública municipal percebida de forma periódica e contínua.

Aliás, nota-se a seguinte discrepância na educação infantil no Município de Itaperuna: além de não cumprir a obrigação constitucional de prestar o serviço público de educação infantil, a municipalidade, visando apenas apoio político, diretamente e/ou através do CMDCA, transfere verba pública a entidades “sem fins lucrativos” presididas de fato e controladas por aliados, no caso dos autos do ex-vereador e atual Secretário Municipal de Transportes, o réu ALAILTON PONTES DE SOUZA.

O gasto realizado com a verba pública municipal não é fiscalizado pelos agentes públicos municipais que deveriam fazê-lo, no caso, os conselheiros do CMDCA e a Controladoria Geral Interna. A completa ausência de controle e fiscalização soma-se o fato de que há documentos e depoimentos que revelam vantagens ilegais diretas (pagamentos) e indiretas (nomeação de parente como funcionário fantasma) ao ex-presidente do CMDCA (entre 2012 e março de 2014) e

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

membro da diretoria executiva da AMONI (setembro de 2015 a setembro de 2017), o réu EDUARDO REAL LINO.

Adotando-se essa postura, membros do conselho municipal que deveria zelar pelo respeito aos direitos das crianças e adolescentes de Itaperuna, especialmente aqueles em situação de risco e em conflito com a lei, permitiam o emprego irregular e o desvio dessa verba para terceiros e em benefício pessoal de gestores de fato e de direito de associação de moradores que também deveria cumprir a finalidade institucional de “*prestar assistência social; educacional*” (fl. 130) às crianças de Niterói, Itaperuna.

Desta forma, além da falta de amparo às crianças em risco, as condutas praticadas pelos réus desse processo também dificultaram a ressocialização dos adolescentes infratores residentes em bairro com alta taxa de criminalidade.

No caso dos autos, verifica-se que dos últimos três Presidentes da AMONI, dois deles tem relação de parentesco com ALAILTON. Em 2014, ano eleitoral, o Presidente da Associação era Adilson Pontes de Souza, irmão de ALAILTON.

Há informações dos próprios funcionários da creche (fls. 05 e 16 do IC 66/18) no sentido de que houve utilização da merenda escolar para doação de cestas básicas no período eleitoral de 2014 em benefício de ALAILTON, também conhecido como “Lalá”. Apesar de não concorrer às eleições gerais, Lalá apoiava candidato a Deputado Estadual.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

Desde 2017, a Associação é presidida pelo sobrinho de ALAILTON, o réu IGOR PONTES, jovem de 23 anos, estudante do oitavo período de farmácia, reside e é dependente “financeiramente dos pais” (relatório equipe técnica do MP/RJ – fl. 94 IC 66/18). IGOR não possui nenhuma experiência com administração de negócios ou gestão de pessoas.

Além de gerir a creche por interpostas pessoas conforme depoimentos de fls. 05, 16, 51 e 176 do IC 66/18, o réu ALAILTON tem participação direta na realização de “bingos beneficentes em nome da Creche” (fl. 97 IC 66/18). A informação foi passada pelo próprio IGOR PONTES a pedagoga do MP/RJ Danielle Marreiros Valleriote. Ressalte-se que o próprio sobrinho de ALAILTON assevera que “*não recebeu dinheiro deste tal bingo para investimentos na instituição*” (fl. 97 do IC 66/18).

A composição atual da diretoria executiva da Associação dos Moradores do Bairro Niterói conta a presença de pelo menos outros quatro parentes dos réus ALAILTON e IGOR: Alan Pontes de Souza Silva (irmão - 1º vice presidente), Nathália da Silva Pompilho (prima – secretária), Thaís Regina Santos da Silva (prima – tesoureira) e Maria Aparecida Pontes Souza Silva (mãe e membro do conselho fiscal).

Nota-se que a família de ALAILTON exerce funções essenciais na direção executiva. São responsáveis pela gestão (presidente e vice), pelos pagamentos (tesoureira) e pela fiscalização (conselho fiscal). Em outras palavras, a Sra. Maria Aparecida Pontes, irmã de ALAILTON e fiscal, em tese, dos gastos realizados com dinheiro público pelo filho IGOR, é técnica de enfermagem.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

Essa composição familiar da mantenedora somada às ingerências de LALÁ (ALAILTON) na administração e na nomeação da diretoria executiva faz com que a creche seja conhecida no Bairro Niterói como “Creche do Lalá”, de acordo com a próprias palavras de IGOR PONTES durante depoimento prestado à 1ª PJ de Tutela no dia 24 de julho de 2018.

Como se vê, a inobservância do dever constitucional inerente à educação infantil justifica a manutenção dos convênios entre CMDCA e AMONI, os quais, por sua vez, geram vantagens ilícitas aos gestores consistentes no desvio de verba pública e no uso da creche para fins eleitorais. Em troca, os gestores da creche prestam apoio político incondicional e ainda pagariam “propina” à integrantes do CMDCA para atuação “em prol dos interesses da instituição no CMDCA” (fl. 52 do IC 66/18).

Essa atuação em prol dos interesses da AMONI junto ao CMDCA consistiu “tanto para aprovação de projetos quanto na prestação de contas de tais projetos” (fl. 52). No tocante à fiscalização desses projetos, a secretária do CMDCA assevera que “quanto à prestação de contas das entidades, em função dos projetos executados, a declarante gostaria de ressaltar que acontece no CMDCA uma prática constante da mesma pessoa aprovar o projeto, fiscalizar sua execução, analisar a prestação de contas e efetuar o respectivo pagamento.” (fl. 59 IC 66/18)

A ausência de fiscalização idônea da execução dos convênios celebrados com o CMDCA, somada a manipulação política da AMONI deram espaço para espúrio desvio de verba pública do Município de Itaperuna mediante pagamento de funcionários fantasmas, empresas fictícias e por serviços não realizados, como, por

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

exemplo, perfuração de poços, drenagem e irrigação. Também eram emitidas notas fiscais frias, conforme se demonstrará.

2.2 Do desvio de verba pública, fraude na prestação de contas e ausência de fiscalização por parte do CMDCA

O desvio da verba pública se deu através de diferentes modos de execução. A título de exemplo, cita-se: pagamentos a empresas fictícias, nomeação e remuneração de funcionários fantasmas e despesas com serviços não realizados ou em valores superiores ao devido. Vejamos.

2.2.1. Funcionários fantasmas

Além disso, o réu MÁRVIO também nomeava e remunerava parentes e aliados sem que prestassem qualquer serviço à creche. É o caso de Joana Darc da Silva Oliveira, mãe de MÁRVIO. Joana nunca prestou qualquer atividade na creche nos anos de 2014 e 2015 (fls. 05, 16, 96 e depoimento de IGOR PONTES ao MP/RJ) apesar de ter recebido remuneração de R\$ 17.864,99 (R\$ 8.070,78 em 2015 e R\$ 9.794,21 em 2014).

Ademais, há documentos que comprovam o pagamento de R\$ 17.465,92 (R\$ 9.482,87 em 2014 e R\$ 7.983,05 em 2015) a Ana Paula da Silva Gonçalves Real Lino, esposa do réu EDUARDO REAL LINO, havendo informação nos autos de que a mesma não exerceu qualquer atividade laboral na creche (fl. 96 IC 66/18).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

Outra funcionária fantasma, segundo informações carreadas aos autos pela equipe técnica do MP/RJ (fl. 96) era a auxiliar de creche Rosane dos Santos de Oliveira Clemente, que seria parente de amigos do réu MÁRVIO e de ADILSON PONTES DE SOUZA, irmão de ALAILTON e ex-gestor da creche. Rosane recebeu R\$ 7.393,16 em 2015, apesar de não ter exercido atividades na creche.

Monique Carvalho Constantino (nora de ADILSON) também recebeu, segundo informações prestadas pela equipe técnica do MP/RJ (fl. 96 IC 66/18) e por IGOR PONTES (depoimento prestado em 24.07.18 a 1ª PJ de Tutela de Itaperuna). A nora de Adilson Pontes recebeu R\$ 10.299,32 em 2014 e R\$ 7.808,91 em 2015 sem ter trabalhado ou prestado serviços de auxiliar de serviços gerais na creche ou associação.

Ressalte-se que todos esses pagamentos foram realizados pelos réus MÁRVIO e ADILSON, respectivamente presidente e tesoureiro da AMONI. Na qualidade de tesoureiro da AMONI no biênio 2013/2015, cabia ao réu ADILSON pagar contas autorizadas pelo presidente, conservar documentos relativos à tesouraria e assinar, com o presidente, todos os cheques, ordens de pagamentos e títulos que representarem obrigações financeiras da Associação. (fl. 132 IC 66/18)

O desvio de verba pública mediante pagamentos efetuados pelos réus MÁRVIO e ADILSON a funcionários e empresas fantasmas nos anos de 2014 e 2015 chega ao valor de R\$ 69.517,95.

O desvio de verba contou com auxílio da absoluta ausência de fiscalização por parte do Município de Itaperuna (através da controladoria interna) e do CMDCA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

presidido, à época dos fatos pelos réus LUIZA LAURA e EDUARDO REAL LINO. A não realização de ato do ofício teve nítida finalidade de locupletamento na medida em que permitiu com que se mantivessem os pagamentos ilegais efetuados, dentre eles, a Ana Paula Gonçalves Real Lino, esposa do último.

2.2.2 Empresa fictícia

Como mencionado acima, a investigação apontou para desvio de verba pública para pagamento de funcionários e empresas fantasmas.

Os documentos acostados aos autos indicam emissão de notas fiscais em favor de empresa fictícia. Trata-se da empresa Geneziane Machado de Oliveira Souza - CNPJ 18.168.404/0001-54, com endereço na Rua Ana Cardoso Pereira, nº 62, Niterói, Itaperuna.

Segundo informações constantes da prestação de contas do ano de 2014, em que a AMONI era presidida pelo réu MARVIO, duas notas fiscais no valor total de R\$ 3.786,30 foram emitidas em 07/03/2014 e em 18/12/2014 pela empresa citada referente a compra de materiais de papelaria. Em 2015, o gasto com a empresa Geneziane Machado de Oliveira Souza foi de R\$ 4.899,35.

Em diligência realizada no endereço constante do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o GAP Itaperuna constatou:

“...que se trata de um logradouro predominantemente residencial, não sendo observado nenhum ponto comercial com as características de papelaria.”

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

Relevante dizer que não foi localizado o imóvel de número 62, que seria a sede da empresa em questão. Por isso, os agentes fizeram contatos com vários moradores locais os quais declinaram desconhecer a existência da empresa naquele lugar.” (fl. 68 IC 66/18)

Destaque-se que essa não é a primeira vez que se imputa emissão de notas fiscais frias aos réus EDUARDO e LUIZA LAURA, ex-presidentes do CMDCA. Na ação cautelar em que os dois foram afastados, sustenta-se que:

“Pelos documentos acostados às fls. 510 e 634/635, do Inquérito Civil, verifica-se possível irregularidade na nota fiscal n.º 201700000000100, emitida pela empresa Kimberly de Souza Inácio Ltda., com valor de R\$ 4.200,00, no qual consta a recuperação da base de dados referentes aos anos de 2005 a 2016. Note-se que o referido serviço de informática teria sido realizado por empresa que, perante a Receita Federal, desenvolve atividades dentre outras, de hortifrutigranjeiros (fl. 511).

Ressalte-se que, por requisição deste órgão ministerial, o GAP (Grupo de Apoio aos Promotores) diligenciou no sentido de verificar a existência, bem como as atividades desenvolvidas pela empresa Kimberly de Souza Inácio, sendo certo que logrou verificar a inexistência de qualquer atividade desenvolvida por ela (fls. 531/532).

Nessa linha, a Sra. Adriana Batista de Souza, secretária do CMDCA, em seu depoimento perante este órgão ministerial, afirmou o seguinte:

“que apresentada à declarante a nota de empenho de fl. 510 dos autos, com relação à prestação de serviços de informática ao conselho, pode ela afirmar que desconhece tal nota, sendo certo que todas as notas de empenho do conselho passam pelas mãos da declarante; que, inclusive, desconhece o credor da referida nota de empenho, haja vista que os serviços de informática prestados ao conselho são realizados pela empresa “Éric”; que ainda quanto

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

a tal nota de fl. 510, a declarante afirma que somente a empresa governança brasil, em função de contrato com a PMI, estaria autorizada a fazer a recuperação e dados do conselho...” (inicial da ação cautelar de afastamento dos conselheiros do CMDCA, p. 7 e 8)

2.2.3 *Prestação de contas em valores maiores do que efetivamente pago aos colaboradores e prestadores de serviço.*

A investigação revelou fraude no pagamento a colaboradores eventuais da creche, que revelaram em seus depoimentos não reconhecer algumas notas fiscais emitidas em benefício deles. Um desses colaboradores foi Michele da Cruz Sales, que em seu depoimento prestado à 4ª Promotoria de Justiça de Itaperuna, asseverou que:

“...diante da confiança no representante da instituição, disponibilizou sua senha e login particulares para emissão de notas fiscais eletrônicas; que a declarante não reconhece a maior e grande parte das notas fiscais de serviços emitidas em seu nome constante dos autos, sendo certo que reafirma que apenas prestou 3 atendimentos autônomos aos projetos desenvolvidos na instituição, no bairro Carulas, quais sejam, vem dançar e artes marciais; que a declarante acredita que o representante tenha usado de má-fé o seu login e senha para emitir fraudulentamente tais notas fiscais eletrônicas em seu nome, por serviços que nunca prestou no referido projeto; que a declarante inclusive informa que Marvio tratou com um professor de artes marciais em seu projeto, conhecido como “cabeça”, de lhe pagar uma quantia excedente sem comprovação fiscal respectiva, uma espécie de propina.” (fls. 51 e 52 IC 66/18)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

O professor de dança Thiago Jorge da Silva corrobora a emissão de notas fiscais em valores acima do que foi realmente gasto. Apesar de receber de Márvio um salário mínimo de remuneração com desconto de R\$ 50,00, o mesmo gestor pedia ao professor “*para assinar como recebido um cheque no valor de R\$ 2.000,00...*” (fl. 176 IC 66/18).

2.2.4. Apropriação de valores referentes a projetos do CMDCA vencidos pela AMONI

Mais adiante, Micheli da Cruz narra apropriação de valores referentes a brinquedos que deveriam ser destinados à AMONI:

“(...) que a declarante, ao que sabe informar, inclusive relata que o conselheiro do CMDCA Eduardo tem envolvimento direto com Márvio e Igor, no esquema montado para beneficiar irregularmente a creche Leão Adherbal; que o projeto da brinquedoteca vencido pela entidade não teve o emprego da verba repassada para tanto, pelo CMDCA, que os representantes da entidade ficaram com o dinheiro resultante de tal verba para si...”

A subtração dessa verba foi apontada pelo réu IGOR PONTES à pedagoga do MP/RJ, que narra o fato em seu relatório:

“com os projetos supracitados, a creche ganhou brinquedos, karaokê, Datashow, televisão, carpete, tela branca, porém quando o Sr. Igor assumiu a presidência, não encontrou os brinquedos, o karaokê e o

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

Datashow (...) ao indagar Márvio, obteve a informação que o último objeto citado estava emprestado, mas não houve maior esclarecimento sobre o ocorrido, ou seja, o material não está sendo usado pela creche em benefícios das crianças...” (relatório do CAO Educação do MP/RJ - fl. 95 e 96 do IC 66/18)

Os valores referentes a esses projetos que não deveriam ser repassados à AMONI não recebiam a devida destinação. Outra funcionária antiga da “Creche do Lalá”, Doralice Dias Barreto, narra irregularidades na execução de convênios já na gestão do réu IGOR PONTES:

“...que no ano de 2015 a Creche Leão Adherbal ganhou projetos do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, mas não sabe informar o valor; que com tais projetos a creche ganhou um karaokê e um Datashow, sendo que a instituição teria que montar uma videoteca e brinquedoteca; que a videoteca e a brinquedoteca chegaram a ser montadas, no entanto foram desmontadas no ano passado, não existindo mais; que não sabe informar onde foram parar os brinquedos, o karaokê e o datashow, mas sabe dizer que não estão sendo usados pela creche em benefício das crianças...” (fl. 05 IC 66/18)

2.2.5 Ausência de pagamentos a colaboradores e funcionários

Durante a inquisição foi identificada ausência de pagamento por serviços prestados à AMONI e à Creche do Lalá. Micheli da Cruz alega que “... a creche

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

deixou de lhe pagar o valor de R\$ 2.000,00; que nesta data apresenta documentos relativos a tal débito.” (fl. 52 IC 66/18)

Para corroborar seu depoimento, Micheli Cruz Sales apresentou recibo de serviços prestados por ela no valor total de R\$ 4.600,00, sendo certo que os pagamentos efetivamente realizados por cheques somam apenas R\$ 2.400,00. O réu IGOR assina os cheques junto com sua prima Thaís, tesoureira da AMONI. Já os recibos são de lavra do próprio IGOR. (fls. 52 A e 52 B IC 66/18).

Thiago Jorge informa que não foi pago pelos serviços prestados em dezembro de 2014 e janeiro de 2015. O calote sucedeu suas denúncias à ré LUIZA LAURA das irregularidades que estavam sendo praticadas na gestão da AMONI. Segundo Thiago:

“...após verificar algumas irregularidades praticadas por Marvio, relacionadas à possível desvio de verbas (Marvio pediu ao declarante para assinar como recebido um cheque no valor de R\$2.000,00 – o declarante assinou uma vez e se recusou a dar recibo na segunda vez), procurou Luiza Laura, conselheira do CMDCA, a fim de que fosse cientificada e adotasse as medidas pertinentes, se não iria fazer denúncia junto ao MP; que Luiza Laura lhe disse que se o declarante tivesse coragem, era pra fazer a denúncia, caso contrário, era para deixar como estava; que meses após procurar Luiza Laura para fazer denúncia, o declarante foi demitido por Marvio, alegando que houve modificação na coordenação do projeto; que ficou sem receber

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

remuneração integral nos meses de dezembro/2014 e janeiro/2015...

(fl.176 IC 66/18)

E ainda do relatório do CAO Educação consta informação sobre não pagamento de salários a alguns funcionários da creche entre dezembro de 2016 e abril de 2017 (fl. 97 do IC 66/18).

2.2.6. Pagamentos ao réu EDUARDO REAL LINO (Presidente do CMDCA e membro da diretoria executiva da AMONI).

Analisando a prestação de contas do ano de 2016 apresentado pelo réu IGOR PONTES, nota-se pagamento de R\$ 1.000,00 efetuado em favor do réu EDUARDO REAL LINO SILVA, conselheiro do CMDCA, e responsável pela fiscalização da associação. A justificativa do pagamento efetuado ao próprio agente fiscalizador seria serviço prestado de “fechamento administrativo”. (nota fiscal eletrônica nº 201600000000035 de 30/09/2016).

O atual gestor, IGOR PONTES realizou pagamentos ao réu EDUARDO através do prestador de serviço Willian Cabral da Silva no valor de R\$ 4.800,00. Apesar de constar o nome de Willian, o e-mail do prestador de serviço é de *edu.real@hotmail.com* do réu EDUARDO REAL LINO (fl. 300 da prestação de contas de 2015).

Aliás, essa não é a única discrepância em termos de e-mail e nome de prestador de serviço. No dia 12/11/2014 foram emitidas duas notas fiscais (nº 38 e 43)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

no valor individual de R\$ 1.086,00 a Lívia da Silva Oliveira Rodrigues. Entretanto, o e-mail desse prestador consta como “igor__pontes@hotmail.com”.

2.2.7. Ausência de fiscalização pelo CMDCA

A ausência de qualquer fiscalização é bem elucidada pela funcionária do CMDCA de Itaperuna, Adriana Batista de Souza:

“...que a declarante sabe dizer que muitas das vezes as entidades que conseguem a inscrição e registro no CMDCA não recebem a fiscalização necessária e adequada por parte do CMDCA acerca da implementação do plano de trabalho e atividades respectivas; que a declarante, em verdade, afirma que não tem conhecimento de qualquer tipo de inspeção/vistoria realizada pelo conselho quanto ao cumprimento do plano de trabalho e atividades apresentadas pelas entidades ganhadoras da inscrição e registro junto ao órgão...” (fl. 56 IC 66/18)

Aliás, pelo rigor da lei as verbas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes não poderiam ser transferidas para mantenedora da creche por incompatibilidade com o ECA e Resoluções do CONANDA. O regime jurídico adotado pela legislação impede que entidades como creches obtenham registro ou inscrições em programas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, conforme se verá adiante.

Passa-se a analisar a violação do princípio da legalidade, ato de improbidade administrativa, segundo Art. 11 da Lei 8429/92.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

2.3 Da violação ao princípio da Legalidade - Art. 11 “*caput*” da Lei 8429/92.

“Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, notadamente:

I – praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto na regra de competência..

Para Celso Antônio Bandeira de Mello:

*“O princípio da legalidade, no Brasil, significa que a **Administração nada pode fazer senão o que a lei determina.** (...) Ao contrário dos particulares, os quais podem fazer tudo o que a lei não proíbe, a Administração só pode fazer o que a lei antecipadamente autorize. Donde, **administrar é prover aos interesses públicos, assim caracterizados em lei fazendo-o na conformidade dos meios e formas nela estabelecidos,** ou particularizados segundo suas disposições.” (MELLO C. A. B. Curso de Direito Administrativo, 22ª edição, Malheiros Editores, São Paulo: 2007, pág. 102)*

Vejamos os dispositivos legais violados pelos réus na celebração de convênios entre AMONI e CMDCA, bem como no desvio e emprego irregular de verba pública.

- a. Do Art. 90 do ECA c/c Art. 3º da Resolução nº 71 do Conanda c/c Art. 17 da Resolução nº 116 do Conanda

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

Estatuto da Criança e Adolescente

“Art. 90. As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e sócio-educativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de:

I - orientação e apoio sócio-familiar;

II - apoio sócio-educativo em meio aberto;

III - colocação familiar;

IV - acolhimento institucional

V - prestação de serviços à comunidade;

VI - liberdade assistida;

VII - semiliberdade; e

VIII - internação.

Resolução nº 71 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente (Conanda)

Art.3º - Os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente não concedam registros para funcionamento de entidades ou inscrição de programas àquelas que desenvolvem apenas, atendimento em modalidades educacionais formais, tais como: creche, pré-escola, ensino fundamental e médio.

Resolução nº 116 do Conanda

Art. 17 (...)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

§2º. Será negado registro e inscrição do programa que não respeite os princípios estabelecidos pela Lei nº 8.069/90 e/ou seja incompatível com a política de promoção dos direitos da criança e do adolescente traçada pelo Conselho Municipal e Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente;

§3º. O Conselho Municipal e Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente não concederá registros para funcionamento de entidades nem inscrição de programas que desenvolvam somente atendimento em modalidades educacionais formais de educação infantil, ensino fundamental e médio

Ao estabelecer o regime jurídico das “entidades de atendimento” destinatárias de verbas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (FMDCA), o legislador (Art. 90 *caput* do ECA) vinculou o registro e inscrição nos programas do fundo gerido pelo CMDCA a execução de dois, apenas dois programas: 1. de proteção e; 2. socioeducativo.

Segundo o Conanda, o Programa de Proteção “... se destina as crianças e adolescentes cujos direitos são violados ou ameaçados. É constituído de quatro regimes: orientação, apoio sócio-familiar, apoio sócio-educativo em meio aberto, colocação familiar (tutela, guarda e adoção) e abrigo.” (Resolução Conanda nº 71 de 10 de junho de 2001).

Já o Programa Socioeducativo “... visa atuar junto aos adolescentes que violam os direitos alheios, nos regimes de liberdade, liberdade assistida, semi-liberdade e internação...” (Resolução Conanda nº 71 de 10 de junho de 2001).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

Analisando a legislação, nota-se que os poderes legislativo e executivo em direcionar a verba do fundo dos direitos da criança e adolescente a proteção de crianças em situação de risco e a recuperação de adolescentes infratores. Essa preocupação fica ainda mais evidente quando se veda expressamente o registro no CMDCA de entidades que desenvolvam educação formal. Esses entes são destinatários de verbas do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica).

No caso dos autos, além do não atendimento da *mens legis* (direcionamento da verba a “entidades de atendimento”), os réus LUIZA LAURA e EDUARDO violaram norma expressa proibitiva do registro e inscrição em programas de entidade de educação formal.

E nem se diga que a AMONI teria finalidades afetas à assistência social ou teria celebrado convênio de “liberdade assistida”, uma vez que não há qualquer menção nos atos constitutivos ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco social e, principalmente, em conflito com a lei.

Ao contrário, o estatuto da AMONI e, especialmente o projeto político pedagógico da creche vinculam as atividades à educação infantil, *in verbis*:

Projeto Político Pedagógico da Creche

“A AMONI - Associação de Moradores do bairro Niterói, foi fundada no dia 18 de maio de 1985. Mantém e administra a Creche Leão Adherbal Carneiro Terra, que foi construída com recursos da comunidade em campanha do Lions Clube de Itaperuna, entidade beneficente, sem fins

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

lucrativos, se destina ao atendimento “ 100 crianças carentes de 0 a 03 anos e 11 meses, oferecendo atendimento de Berçário e Maternal, com jornada de 10 horas, visando proporcionar a guarda, prevenção da saúde, com as famílias e a comunidade, amenizando a problemática social vivenciada pelos pais que necessitam de trabalhar foram e não ter com quem deixar os filhos.” (Projeto Político Pedagógico da Creche Leão Adherbal)

Estatuto da Associação

“A Associação dos Moradores do Bairro Niterói (AMONI) terá sede no Estado do Rio de Janeiro, podendo a critério da diretoria, instalar, manter ou extinguir, filiais, escritórios e unidades escolares em qualquer parte do território nacional (...)

A sua primeira Unidade Escolar está situada na cidade de Itaperuna – RJ, na Rua Coronel José Cardoso, nº 321, Bairro Niterói, Itaperuna – RJ, com o nome de Creche Escola Leão Adherbal Carneiro Terra.” (Arts. 3º e §2º do Estatuto Social da Associação dos Moradores do Bairro Niterói)

Além disso, não consta das notas fiscais acostadas à prestação de contas da AMONI dos anos de 2014 a 2016 qualquer menção a atendimento realizado em processo judicial envolvendo adolescente infrator.

Não obstante, a própria Presidente do CMDCA, a ré LUIZA LAURA informou, após tímida tentativa de omitir dados técnicos indispensáveis a

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

propositura da ação civil (v. fls. 12, 41, 42 e 43), que entre 2013 e 2015 o CMDCA e AMONI firmaram convênios do valor total de R\$ 480.000,00 (fls. 44 e 45).

O emprego ilegal de verba pública por parte dos réus EDUARDO, e LUIZA LAURA nos anos de 2013 a 2015 em benefício dos réus IGOR, MÁRVIO, ADILSON e ALAILTON, somado à ausência de controle e a concessão de benefícios econômicos e políticos diretos e indiretos aos agentes fiscalizadores, conforme mencionado anteriormente, permitiram violações reiteradas dos direitos das crianças carentes de 0 a 3 anos do Bairro Niterói.

b. Dos Arts. 62 e 63 da Lei 4320/64. Da ilegalidade da despesa.

Lei 4320/64.

Art. 62 – O pagamento de despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

Art. 63 – A liquidação de despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.”

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

Como dito anteriormente, a despesa pública referente a execução dos convênios entre AMONI e CMDCA está eivada de vícios no tocante a própria celebração do convênio para programas não mencionados na legislação e diversos dos previstos no estatuto da AMONI e no projeto político pedagógico da creche.

Ademais, não se pode perder de vista as irregularidades em pagamentos detectadas pelos documentos e depoimentos colhidos em sede inquisitorial, como, por exemplo, notas fiscais emitidas em favor de empresas fictícias, em valores superiores ao efetivamente pago aos fornecedores, pagamento de funcionários fantasmas, calotes em fornecedores e funcionários, pagamentos a EDUARDO REAL LINO, membro do CMDCA e da diretoria executiva da AMONI, entre outros.

c. Do Art. 312 do Código Penal

Peculato

Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

A análise detida dos autos revela fortes indícios de conduta que também se adequa ao tipo penal. Os fatos devem ser perquiridos em eventual ação penal pela Promotoria de Investigação Penal de Itaperuna.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

- d. Do Art. 315 do Código Penal – Emprego irregular de verbas ou rendas públicas.

Emprego irregular de verbas ou rendas públicas

Art. 315 - Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei:

Pena - detenção, de um a três meses, ou multa.

O esquema ilegal de repasses de verbas do FMDCA a entidade educacional e que não realiza qualquer atividade inerente aos programas de proteção e socioeducativo previstos nos Arts. 90 e seguintes do Estatuto da Criança e Adolescente e nas resoluções do Conselho Nacional de Direitos da Criança e Adolescente já mencionadas.

Os atos praticados pelos réus ALAILTON, ADILSON, IGOR, MARVIO, EDUARDO e LUIZA LAURA se subsumem ao tipo penal, caracterizando grave violação ao princípio da legalidade.

- e. Dos Art. 884 CC e Art. 171 CP

CC – “Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.”

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

CP - “Art. 171. Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.”

A obtenção vantagem patrimonial (R\$ 59.218,63) em prejuízo alheio (patrimônio do Município de Itaperuna) mediante fraude (nomeação de parente como funcionário fantasma da associação) caracterizam ilegalidades na esfera penal (Art. 171, *caput* CP) e na cível (Art. 884 CC).

Houve, desta forma, grave violação ao dever de legalidade previsto no Art. 11 da LIA. A seguir, passa-se a analisar a incidência dos Arts. 9º e 10 da Lei 8429/92.

2.4 Dos Arts. 9º, I, XI e XII; 10, I e II da Lei 8429/92

“Art. 9º - Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta Lei, e notadamente...

I - receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público; (...)

XI - incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta Lei;

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

XII - usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e, notadamente:

I – facilitar ou concorrer por qualquer forma para incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;

II – permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, renda, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie...

Como se percebe as condutas praticadas pelos réus ALAILTON, ADILSON, IGOR, MÁRVIO, EDUARDO e LUIZA se amoldam nos exatos termos das disposições legais.

Com efeito, os réus ALAILTON, ADILSON, IGOR e MÁRVIO, agindo na condição de dirigentes de fato (ALAILTON) e de direito (ADILSON, IGOR e MÁRVIO) da associação de moradores entre os anos de 2013 a 2015 foram responsáveis pelo desvio da verba pública em benefício próprio e de terceiros.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

Para tanto ADILSON, IGOR e MÁRVIO, sob a supervisão de ALAILTON, proprietário de fato da creche, emitiam notas fiscais em favor de empresas fictícias, com valores superiores ao efetivamente pago aos fornecedores, realizavam pagamentos a funcionários fantasmas fraudando a prestação de contas, davam calotes em fornecedores e em funcionários da creche, efetuaram pagamentos a EDUARDO REAL LINO, membro do CMDCA e da diretoria executiva da AMONI, entre outras irregularidades.

Conforme narrado nessa ação civil pública, parentes e pessoas ligadas aos presidentes da associação MÁRVIO e do CMDCA EDUARDO foram beneficiários de pagamentos provenientes de convênios com o conselho municipal ou com Município de Itaperuna sem nunca terem exercido qualquer função na “Creche do Lalá”.

Além disso, funcionários, colaboradores e fornecedores da creche não receberam integralmente suas contraprestações apesar de cumprirem suas obrigações contratuais e legais. Apesar do não pagamento integral dos direitos adquiridos, a prestação de contas era fraudada para fazer constar a quitação total de modo a permitir o desvio da verba pública.

Outro meio empregado pelos réus para apropriação espúria dos recursos públicos era a simulação de prestação de serviços por empresas fantasmas (Geneziane Machado de Oliveira Souza - CNPJ 18.168.404/0001-54) com emissão de notas fiscais frias.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

Os réus EDUARDO REAL LINO, beneficiário de pagamentos da AMONI e presidente do CMDCA entre 2012 e março de 2014 e LUIZA LAURA, que exerceu a presidência entre abril de 2014 e abril de 2016 foram responsáveis pela celebração dos convênios manifestamente ilegais e pelo desvio de verba destinada aos programas de proteção e socioeducativos, além de se omitir do dever fiscalizatório do emprego da verba do fundo municipal dos direitos da criança e adolescente e constranger expressamente funcionário da AMONI que denunciou as ilegalidades ocorridas durante as execuções dos programas.

Assim verba de R\$ 480.000,00 foi empregada e gasta de forma ilegal e a quantia de R\$ 69.517,95 foi paga a funcionários fantasmas ligados aos gestores da AMONI (ALAILTON, ADILSON, IGOR e MÁRVIO) e ao réu EDUARDO. No total o dano ao erário chega a mais de meio milhão de reais (R\$ 549.527,95).

Para correta aplicação da Lei de Improbidade se faz necessária análise do elemento subjetivo da conduta de cada um dos legitimados passivos.

2.5 Do elemento volitivo (dolo ou culpa)

Da análise detida dos autos depreende-se a plena consciência da ilicitude por parte dos réus ALAILTON, ADILSON, MÁRVIO e IGOR, responsáveis pela gestão da creche.

Além de receberem quase meio milhão de reais contra expressa determinação legal (Art. 90 do ECA), ADILSON, MÁRVIO e IGOR, além do

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

administrador de fato da Creche do “Lalá”, o ex-vereador e atual secretário de transporte ALAILTON, agindo de forma livre e voluntária:

1. desviaram bens e verbas destinadas à Creche Adherbal Carneiro Terra;
2. efetuaram pagamentos a funcionários fantasmas inserindo as respectivas informações falsas na prestação de contas;
3. emitiram notas fiscais acima dos valores efetivamente pagos a funcionários e prestadores de serviço;
4. emitiram notas fiscais em favor de empresa fictícia, deixaram de efetuar pagamentos devidos a fornecedores e funcionários;
5. efetuaram um pagamento direto a próprio membro da diretoria executiva e ex-presidente do CMDCA o réu EDUARDO REAL LINO e dois pagamentos a prestadores de serviços constando das respectivas notas fiscais e-mails dos réus membros da diretoria executiva da AMONI EDUARDO REAL LINO e IGOR PONTES.

Os fatos são corroborados: 1. por documentos acostados às prestações de contas extemporâneas; 2. pelas declarações de empregados e ex-funcionários da AMONI (Micheli, Thiago, Doralice e Marlene); 3. pelo depoimento de funcionária do CMDCA (Adriana); 4. pelo relatório produzido pelo CAO Educação do MP/RJ e, por último; 5. pelo teor das declarações prestadas por IGOR PONTES a 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Itaperuna.

Nessa esteira, verifica-se que entre 2013 e 2016 o réu Alailton, utilizando-se de sua influência política no Município de Itaperuna como correligionário do atual prefeito e integrante do primeiro escalão do Poder Executivo,

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

controlou a saída e a destinação espúria da verba pública do CMDCA para execução de projetos de proteção e socioeducativos.

E analisando a composição da atual diretoria executiva da AMONI depreende-se que o controle de LALÁ sobre a creche permanece através dos sobrinhos IGOR PONTES DE SOUZA, Presidente e Alan Pontes de Souza, Vice-Presidente.

Reforçando ainda mais a plena consciência da ilicitude das condutas por parte dos réus, pode-se citar dois pontos. O primeiro deles são vínculos diretos de alguns réus com funcionários fantasmas, como, por exemplo, Joana Darc, mãe de MÁRVIO, Monique Carvalho, nora de ADILSON e Ana Paula Gonçalves Real Lino, esposa de EDUARDO.

Outro ponto se refere a coação exercida pelos réus LUIZA LAURA e EDUARDO REAL LINO, que deveriam fiscalizar a execução dos convênios, ao professor de dança Thiago que narrou tentativa de comunicar as irregularidades ao CMDCA.

Na ocasião, a ré LUIZA LAURA, ao ser cientificada das irregularidades existentes na AMONI, ameaçou o Thiago dizendo que se ele *“tivesse coragem, era pra fazer a denúncia, caso contrário, era para deixar como estava; que meses após procurar Luiza Laura para fazer denúncia, o declarante foi demitido por Marvio, alegando que houve modificação na coordenação do projeto; que ficou sem receber remuneração integral nos meses de dezembro/2014 e janeiro/2015.”*.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

Nota-se claramente a comunhão de ações e desígnios entre os réus: os gestores da AMONI demitiram e deram calote no denunciante, ao mesmo tempo que os gestores do CMDCA prevaricam ao não adotar nenhuma medida fiscalizatória nem comunicar os fatos à autoridade competente, obrigação, aliás, prevista em lei.

O atual gestor, IGOR PONTES, apesar de ter assumido a gestão da AMONI em 2015, realizou pagamentos ao réu EDUARDO, integrante da diretoria executiva da AMONI, em pelo menos duas oportunidades: R\$ 1.000,00 diretamente (nota fiscal eletrônica nº 201600000000035 de 30/09/2016) e R\$ 4.800,00, indiretamente, através do prestador de serviço Willian Cabral da Silva (fl. 300 do prestação de contras de 2015), uma vez que o e-mail do prestador de serviço consta como *edu.real@hotmail.com* do réu EDUARDO REAL LINO.

Os fatos denotam plena consciência da ilicitude do esquema criminoso, além da voluntariedade em praticar condutas que concorreram para emprego irregular e desvio de verba destinadas à infância e adolescência dos jovens de Itaperuna.

Desta forma, os réus ALAILTON, ADILSON, MÁRVIO, IGOR, EDUARDO e LUIZA agiram com dolo (vontade e consciência) e plena noção da ilicitude das condutas.

3. CONCLUSÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

Face ao exposto, conclui-se que os réus **ALAILTON PONTES DE SOUZA, ADILSON PONTES DE SOUZA, IGOR PONTE DE SOUZA, MÁRVIO DA SILVA OLIVEIRA, LUIZA LAURA VARGAS HOFFMAN e EDUARDO REAL LINO SILVA:**

- . são partes legítimas para demanda nos termos dos Arts. 1º a 3º da Lei 8429/92;
- . praticaram condutas ímprobas para se enriquecer ilicitamente com verbas públicas desviadas, além de causar danos ao erário nos termos dos Arts. 9º, I, XI e XII e 10, I e II da Lei de Improbidade;
- . agiram com dolo, tendo em vista a consciência da ilicitude do desvio de verba pública (através do não pagamento a fornecedores e funcionários, realização de pagamentos a funcionários fantasmas ligados aos gestores, emissão de notas fiscais em valores superiores ao efetivamente gasto, emissão de notas fiscais em favor de empresas fictícias, entre outras irregularidades) somada a voluntariedade das condutas inerentes a celebração e execução ilegal dos convênios com o CMDCA e com o Município de Itaperuna
- . seus atos ilícitos geraram dano de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais)

4. DO AFASTAMENTO CAUTELAR DAS FUNÇÕES PÚBLICAS DOS RÉUS ALAILTON PONTES DE SOUZA E IGOR PONTES DE SOUZA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

De acordo com o parágrafo único do Art. 20 da lei 8.429/92, “A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.”

No presente caso, denota-se que os réus ALAILTON e IGOR exercem funções públicas no Município de Itaperuna. ALAILTON é Secretário Municipal de Transportes e controla de fato a AMONI através de seus sobrinhos.

A associação permanece recebendo verba pública apesar das graves irregularidades reveladas na investigação da Promotoria de Infância de Itaperuna. Somente a de janeiro a agosto de 2018, a AMONI recebeu R\$ 161.453,60 do Município de Itaperuna.

Apesar dos R\$ 20.000,00 mensais em 2018, a Creche Leão Adherbal Carneiro Terra, aparece constantemente na imprensa local pedindo doações de material escolar, material de limpeza e alimentos, conforme documento acostado à inicial. Soma-se a isso a completa ausência de fiscalização, pelo menos até junho de 2018, mês em que os conselheiros do CMDCA foram afastados das funções por decisão judicial.

A suspeita de desvio pretéritos e atuais de recursos públicos através da AMONI controlada por ALAILTON demonstra a necessidade de se afastar o réu da função de Secretário Municipal de modo a fazer cessar as irregularidades e para não prejudicar a produção da prova oral, na medida em que funcionários e ex-funcionários do réu irão depor.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

Já o jovem réu IGOR PONTES DE SOUZA, estudante de farmácia, é Presidente da AMONI e também exerce função pública no Conselho de Alimentação Escolar.

O conselho deveria fiscalizar a destinação da verba da merenda escolar, mas não se tem notícias de nenhuma providência tomada pelo órgão quando, em janeiro de 2018, o Município publicou edital de terceirização de merenda escolar no valor de R\$ 12.000.000,00, sendo certo que em 2017 o fornecimento de merenda escolar custou ao Município apenas R\$ 2.000.000,00.

Talvez a inércia do órgão venha do fato dele ser inteiramente controlado pelo Município. IGOR, que deveria ser o “representante” da sociedade civil, apenas promove seus próprios interesses espúrios.

O afastamento de IGOR da sua função pública faria cessar, pelo menos provisoriamente, sua ingerência junto a órgãos públicos, além de contribuir para obtenção de documentos e para produção de prova oral idônea, na medida em que funcionários e ex-funcionários dele irão depor.

Assim, **requer o MP o AFASTAMENTO CAUTELAR DO RÉU ALAILTON PONTES DE SOUZA DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES e do RÉU IGOR PONTES DE SOUZA da função de conselheiro do Conselho de Alimentação Escolar como medida necessária para instrução processual** e para que, ao final do processo, seja decretado a perda da função.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

5. DA INDISPONIBILIDADE DE BENS (Art. 7º da Lei 8429/92)

Art. 7º Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

Parágrafo único. A indisponibilidade a que se refere o caput deste artigo recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.

Há nos autos prova documental (fls. 44 e 45 do IC 66/18) fornecida pelo próprio CMDCA dando conta de emprego irregular de verba pública de R\$ 480.000,00, valor que deveria ser aplicado em programas de proteção (menores em situação de risco) ou socioeducativos (adolescentes em com a lei), sendo salutar que se garanta a devolução do valor ao erário, além de possível condenação em multa.

Com base no dispositivo legal acima citado, sendo certo houve lesão ao patrimônio público conforme os elementos de investigação colhidos em sede de inquérito civil (*fumus boni iuris*), **necessária se faz a medida cautelar de indisponibilidade de bens dos réus ALAILTON PONTES DE SOUZA, ADILSON PONTES DE SOUZA, IGOR PONTE DE SOUZA, MÁRVIO DA SILVA OLIVEIRA, LUIZA LAURA VARGAS HOFFMAN e EDUARDO REAL LINO SILVA, individualmente, no valor de R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais – duas vezes o valor do dano)** para garantia da devolução aos cofres públicos do valor incorporado ao patrimônio dos réus e pagamento de multa civil (*periculum in mora*).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

Para efetivação da medida em caso de deferimento, requer-se, desde já a **QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO DOS RÉUS ALAILTON, ADILSON, IGOR, MÁRVIO, LUIZA e EDUARDO**, para que seja expedido ofício ao Banco Central do Brasil, Detran/RJ, Cartório de Registro de Imóveis, Capitania dos Portos de Cabo Frio/RJ e Guarapari/ES, solicitando informações sobre a existência de bens, direitos e valores em nome dos réus, e, em seguida, se efetive o requerido bloqueio.

6. DO PEDIDO

Tendo em vista a prática de ato de improbidade administrativa, requer o Ministério Público:

- 6.1. A **notificação** dos réus para apresentarem **manifestação por escrito**, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do **Art. 17, §7º Lei 8429/92**;
- 6.2. Em caso de recebimento da inicial, a **citação dos réus** (*v. Arts. 17, §3º Lei 8429/92 c/c 6º, §3º da Lei 4717/65*) para oferecimento de resposta no prazo legal, sob pena de revelia;
- 6.3. O deferimento da **medida cautelar de afastamento do réu ALAILTON PONTES DE SOUZA da função de Secretário Municipal de Transportes e do réu IGOR PONTES DE SOUZA da função de conselheiro do Conselho de Alimentação Escolar**, tendo em vista a presença de requisitos legais;
- 6.4. O deferimento, *inaudita altera pars*, da **MEDIDA CAUTELAR de INDISPONIBILIDADE DE BENS individualmente no valor de R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais – duas vezes o**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

valor do dano) para cada um dos réus ALAILTON PONTES DE SOUZA, ADILSON PONTES DE SOUZA, IGOR PONTES DE SOUZA, MÁRVIO DA SILVA OLIVEIRA, LUIZA LAURA VARGAS HOFFMAN e EDUARDO REAL LINO SILVA;

6.5. A procedência do pedido para condenar os réus ALAILTON PONTES DE SOUZA, ADILSON PONTES DE SOUZA, IGOR PONTES DE SOUZA, MÁRVIO DA SILVA OLIVEIRA, LUIZA LAURA VARGAS HOFFMAN e EDUARDO REAL LINO SILVA, pela prática de atos de improbidades administrativa, às seguintes sanções:

- ressarcimento integral do dano, ou seja, R\$ 480.000,00 (quinhentos e quarenta e nove mil, quinhentos e vinte e sete reais);
- multa civil de R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais – duas vezes o valor do dano);
- proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios ainda que através de pessoa jurídica;
- suspensão dos direitos políticos;
- perda da função pública.

5.5 A condenação dos réus no ônus da sucumbência, a serem revertidos ao Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria Geral de Justiça, nos termos da Resolução PGJ/RJ nº 671/95

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITAPERUNA

Dá-se a causa o valor de R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais)

Itaperuna, 09 de agosto de 2018.

RAQUEL ROSMANINHO BASTOS

Promotora de Justiça – Mat. 4872

BRUNO MENEZES SANTAREM

Promotor de Justiça - Mat. 3983